

ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA E A NOÇÃO DE TOTALIDADE

LUIZ FELIPE BAÊTA NEVES FLORES

RESUMO - O imaginário científico ligado à Arqueologia faz supor que suas descobertas acabariam por “preencher” ou “sutar” uma falta de informação, que, se completada, porventura, acabaria por permitir o estabelecimento do que “verdadeiramente aconteceu” no espaço/tempo histórico. As relações entre Arqueologia e Antropologia Social não devem nutrir o sonho enganoso de uma completude por “soma complementar”. Isto seria pensar a Arqueologia como disciplina destinada a “encontrar” toda a História Humana e a Antropologia como a “explicação compreensiva” que daria, à descoberta arqueológica, a Razão.

ABSTRACT - The scientific imaginary connected to Archaeology makes, one suppose that its findings would result in “filling”, “suturing” or “mending” a lack of information that, if completed, would perhaps end in permitting the establishment of what “has actually happened” in historical space/time. The relations between Archaeology and Social Anthropology should not nourish a deceiving dream of completeness through a “complementary sum”, which would mean to think of Archaeology as a discipline intended for “discovering” all Human History, and of Anthropology as the “comprehensive explanation” that Reason could possibly give to archaeological findings.

O trabalho que se segue é uma tentativa de análise de alguns supostos ideológicos, muito disseminados socialmente, relativos à arqueologia. Creio que tais supostos ajudam a formar um imaginário social fortemente consolidado: espalha-se por inúmeros segmentos sociais; é constantemente reiterado por meios de difusão de maior ou menor pretensão científica (o que lhe garante forte capacidade de reprodução cultural); tem, já, duração significativa.

Não creio que seja tarefa simples mapear socialmente a existência de tal imaginário como também não acredito que esteja limitado a setores que apenas “consomem” informação arqueológica. Penso, sim, que, mais ou menos deliberadamente, sua sombra – quando não sua presença ostensiva – faz parte da produção arqueológica propriamente dita.

O que não deve ser tomado como acusação mas como vontade de fazer avançar o conhecimento sobre a arqueologia do saber... arqueológico.

Talvez a mais importante e mais disseminada das marcas sociais distintivas da arqueologia seja a idéia de “descoberta”. A descoberta arqueológica é quase um sinônimo absoluto de toda a prática – de campo e teórica – da disciplina; ela a resume e sintetiza fortissimamente. A ponto de ser confundida como seu alvo último, seu escopo único em que se consubstanciará o “sucesso” do empreendimento arqueológico.

Neste detetivesco romance da investigação do passado, o sucesso da “descoberta” é condição decisiva para que seja autorizado o enredo desta ficção, ou seja, “descoberta” feita, surgirá a narrativa da

aventura que, cheia de peripécias, terá sido a história deste final feliz – aquilo que, em termos mais sisudos, seria chamado de processo, complexo, de pesquisa.

A identificação redutora deste complexo processo arqueológico a seu suposto “resultado final” – A “descoberta” – articula-se à idéia de que o papel do arqueólogo seria o de inquirir a natureza, por meio de instrumentos consensuais de trabalho científico, para que esta (natureza) devolve-se a história humana aquilo que lhe havia tomado. A natureza então é vista... como “natural”, não precisando ser constituída culturalmente; os meios técnicos e as metodologias empregadas são encaradas como mero e óbvio resultado de uma escolha isenta determinada pela “ciência”, da arqueologia, instrumento da História. Técnicas, metodologias e teorias são, então, igualmente naturalizadas, ou seja, não são vistas como expressivas de escolhas possíveis – não “necessárias” - feitas segundo determinados critérios socialmente estabelecidos.

Neste imaginário naturalizante, a arqueologia passa a não ter história – ela é “o que é”, única, representando um determinado estágio eternizado do progresso científico. Assim, a idéia de “sucesso” – o sucesso da “descoberta” – se vincula à da maior ou menor competência individual do arqueólogo – ou, a de sua vitória.

Contra condições adversas de trabalho, ou a do mero acaso (que, sabiamente, muitas vezes, contempla o denodado e competente artífice em questão – e não outro... por mero acaso...). Competência, pertinácia, acaso colorem este quadro fixo, esta natureza morta.

Neste imaginário, a teoria passa a ter papel absolutamente subalterno pela simples razão de que fica suposto que o que se encontra é fruto de um trabalho empírico, subordinado às leis da indução e que servirá para comprovar certas suposições acadêmicas – ou algumas indicações vindas deste amálgama que se poderia chamar de “tradição” e que conteria informações mais ou menos reiteradas ou ‘codificadas’ da memória social por meio de rumores, lendas, informações historiográficas. A arqueologia seria, então, um conjunto técnico “frio” que só “faria” teoria após a exaustiva acumulação de evidências vindas do “trabalho de campo” ou só serviria para comprovar “cientificamente” alguma coisa que não foi antes constituída pela própria teoria científica.

Esta arqueologia empírica, técnica, natural e errática (no que depende de uma informação exterior a si e aleatória) imagina sua tarefa como sendo a da localização, no espaço, do tempo. Dito de outro modo, supõe que, naquela natureza “já dada”, encontrará os vestígios da “história humana”. Nesta cruz, neste cruzamento ingênuo e cândido de um espaço não conceitualmente definido com uma história que é simplesmente “tudo” – “tudo” aquilo que o Homem viveu – e que, portanto, nada tem a ver com a história enquanto teoria daquilo que se deu em determinado momento com determinada parte de um determinado conjunto social. Esta arqueologia é apaixonada pelos berços (lugares físicos, sítios) que não podem, não devem nesta ótica, continuar a ser jazigos do tempo, desta história injustamente capturada pela natureza e que precisaria ser novamente vista.

A idéia de uma história humana universal, de uma herança humana comum a todos e cujo *thesaurus* merece ser perpetuamente buscado em uma mítica busca sem fim... dos primórdios, leva a um primeiro paradoxo: o da busca da “descoberta” do mesmo, já que a humana história seria a terra de eleição da continuidade. Continuidade da natureza, da história e deste homem escrito com maiúsculas. Não se procura aqui a alteridade ou a descontinuidade; as eventuais diferenças são vistas como variações mais ou menos bizarras de um mesmo rosto, de uma Unidade que pode surgir até inesperadamente mas sem deixar de ser reconhecida. A novidade desta descoberta arqueológica é um reencontro: a recuperação, o resgate de alguma figura do passado, do nosso passado. A distância, no caso, é muito bem vinda: quanto maior melhor porque assim comprovamos nossa integridade, nossa longevidade, nossa força e nosso trunfo.

Neste sentido – outro paradoxo – a arqueologia surge como uma negação de si mesma: ela só intervém para desaparecer: promove a restituição, permite a reconstrução do passado (deste nosso presente) para se eclipsar no momento seguinte ao da revelação de seus feitos. Assim, a mais espetacular e mais

complexa das disciplinas do social, reunindo das ciências sociais às ciências naturais, tudo faz para... seu objeto. Esta é a saga desta Arqueologia e de sua “prática amorosa” que, humílima, afirma nada fazer, já que não produz o passado (como as teorias, práticas conceituais o fazem...); apenas o restitui.

Mito de uma arqueologia que fantasia um reencontro com a verdade – verdade consubstanciada na fisicalidade de seus objetos e que dispensaria qualquer intermediação ou qualquer construção anterior ao momento mágico do reconhecimento, suposto direto, de um elo até então perdido do eterno *continuum* humano.

Imagina-se uma história “pura” capaz de fazer renascer os fatos como efetivamente aconteceram e que cabe ao historiador encontrar, nos arquivos, e fazer falar, pela escrita de seus livros. Imagina-se uma Arqueologia ‘pura’ que busca uma reconstituição íntegra por objetos concretos que localizará e desvendará. Todas as condições epistemológicas estão criadas para que se confunda objeto empírico e objeto de conhecimento; aqui o conceito de cão efetivamente ladra - ou a tumba do faraó X é a história do Egito Antigo.

Todo este fortíssimo imaginário da humanidade que se reintegra, que acolhe de novo os entes queridos de uma ancestralidade idealizada e reificada, permite um terceiro paradoxo que representaria uma espécie de gratidão mítica aos agentes desta mirífica reunião – materialmente comprovada! – de passado, presente e... futuro (por que não?). Neste momento, a arqueologia, “corporificada”/naturalizada, no arqueólogo sai, com estrépito, de sua mudez e seu apaixonado recolhimento. O arqueólogo entra em cena como um herói civilizador – não no sentido de que doa ou traz a civilização aos que não a conheciam mas como alguém que compatibiliza a humanidade com seu passado (tão ignorado quanto suposto seu, nesta lógica identitária); como alguém que reafirma a presença da Unidade; como alguém que confirma o “sentido” da cultura, por meio de seus fetiches, na eterna busca de sua Origem.

O arqueólogo é, então, aquele que, com sua assinatura, faz ressoar o nome do Mesmo, doa à luz perenemente acesa da cena histórica aquilo que as entranhas da natureza mantiveram, por algum tempo, na escuridão.

Neste imaginário da arqueologia, supõe-se uma totalidade da “história humana”, que poderia ser totalmente conhecida tal como “realmente acontecida”. A tarefa científica seria, então, a de perseguir a localização e desvendamento deste acervo absoluto; a ciência seria, aqui, a reveladora de uma verdade histórica que seria sempre anterior no tempo e comprovável empiricamente. A história assim imaginada não é nem uma linguagem nem um sistema de constructos; seu empreendimento intelectual por excelência é o do refinamento de métodos e técnicas que permitirão o acesso às informações primárias e garantirão a idoneidade dos procedimentos empregados.

Apologia de uma totalidade totalitária que tem como decorrência, necessária a idéia de que há uma falta – senão uma falha – na história (no conhecimento da história) que não só pode como deve ser sanada. O papel da arqueologia, neste enredo, seria estratégico: ela se encarregaria de investigar os tesouros mais ocultos dessa fabulosa arca do tempo. Ela procuraria obturar as suturas mais complicadas buscaria reparar os lapsos temporais mais graves movida pelo desejo de interromper a ansiedade gerada pelo vazio que ameaça fazer perder o(s) sentido(s) à Senhora do Tempo Contínuo.

A incompletude da história seria, portanto, de responsabilidade dos cientistas sociais. Há uma finitude material da história, de uma história “já-lá”, concreta como são físicas e concretas as suas “evidências materiais”, que a Arqueologia deve resgatar e levar ao conhecimento público. A Arqueologia tem esta curiosa missão no imaginário que estudamos: revela segredos e exhibe provas que atestam o bom cumprimento de seu dever acadêmico e social. Há uma ambigüidade, no mito do segredo, para o arqueólogo que nele crê: há um fascínio por sua eterna vigilância e prazer pelo seu fim (aparente) atingido pela descoberta, pela colocação “em série”, pelo estabelecimento de sua “posição histórica”. A vida do segredo – sua eternidade de mil rostos – é indispensável para... a vida deste mito da arqueologia; “morto” tem que ressurgir sob nova aparência para que novamente seja descoberto, e assim sucessivamente.

Imaginário da totalidade totalitária pleno de “horror ao vazio”, temeroso de admitir a morte e que se

recusa a se defrontar com a ausência de seu objeto: é preciso procurar, é preciso pesquisar, é preciso fazer a natureza falar confessando seus crimes de ocultamento de cadáveres históricos e permitindo, assim, seu renascimento suposto capaz de saciar a voraz curiosidade do público...

A idéia de “erudição” como conhecimento fabulado desta lendária “soma de dados à disposição” é uma das “figuras sociais” mais notórias da possibilidade de se atingir o “saber total”; o erudito, nesta versão trivial, é alguém que “sabe tudo”, alguém que soube acumular em si o acúmulo de “informações reais” que seria a história.

Dois tentações poderiam advir de uma visão crítica deste imaginário naturalizante e totalizante da arqueologia. A primeira seria a de que – dada a enorme dispersão errática dos dados arqueológicos e sua carência teórica – deveria haver uma espécie de “teoria guarda-chuva” capaz de envolver tais dados, protegendo-os da dispersão suicida e dando-lhes sentido teórico, dando-lhas Razão. A Antropologia e a História seriam candidatas – que a palavra me seja relevada “naturais” ao benemérito posto de guardião controlador-geral.

A segunda tentação seria a de fazer a arqueologia optar entre suas duas tendências básicas, julgadas inconciliáveis. A primeira tendência seria a da verificação, a segunda, a da invenção. Na primeira, preponderaria a arqueologia como conjunto de métodos e técnicas voltadas para o trabalho investigativo “de campo”. Na segunda, predominaria a criação de hipóteses e a vontade de especular.

A crítica de índole cientificista procuraria na primeira opção a “verdadeira solução” para os perigos dos devaneios e especulações delirantes que freqüentemente ameaçariam o rigor científico a ser buscado na arqueologia. A crítica de caráter especulativo tenderia a fazer do trabalho de campo mero fornecedor de atestados de veracidade, privilegiando, então, a segunda opção.

Penso que a opção por uma ou outra destas possibilidades é enganosa porque *ambas* propõem uma relação empiricista... com uma idéia retificadora da empiria. Ambas imaginam uma “realidade neutra”, como fonte de criação de conhecimento ou como comprovação “fática” de uma especulação “intelectual”. Além do que, seria equivocado confundir verificação com realização de experiências ou com a visão ou a totalidade de objetos reais “comprobatórios”. Se a verificação científica a isto se restringisse, a astronomia e a cosmologia não passariam de metafísica, arte ou...

Cabe aqui uma palavra quanto à implícita idéia de *uma* arqueologia ou d’A Arqueologia que permeia todas as questões aqui abordadas. Harmonicamente à naturalização e totalização totalitária do conhecimento, surge a suposição da existência de *uma* disciplina que exhibe seus “feitos” e é, com estes, confundida. Em contraste com esta ideologia, creio que é mais fértil pensar em uma arqueologia que tem história própria, que é a de uma sucessão (sem evolucionismos...) de acordos e dissensões formando um campo de saber em que as práticas e os processos intra e extra-analíticos devem ser considerados – e não apenas os “resultados finais” magicamente exibidos prontos e acabados.

Penso que a prática teórica da arqueologia se desenvolverá ou, preferiria que assim fosse... – caminhando por uma terceira via, que abandonasse as ilusórias opções (duas) que são propostas nesta encruzilhada ideológica. Esta terceira via deveria acolher a verificação e a invenção que – livres das falácias empiricistas – podem ser encaradas como singularidades da arqueologia, por suas cores tão fortes e aparentemente tão distantes ou contraditórias mas coexistentes na prática arqueológica. A imaginação científica – se assim podemos resumir – da arqueologia seria, assim, resultante desta singularidade, desta conjugação tão rara entre o visível de suas conquistas “de campo” e o especulado, o sonhado, de seus temas mais encantados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAÊTA NEVES, L. F. *Autour des images sociales de l' idée d' auteur*. Conferência na Universidade de Paris V, Sorbonne, jan. 1992.
- DERRIDA, J. *La Dissémination*. Paris: Editions du Seuil, 1972.
- GRANGER, G. G. *La Vérification*. Paris: Editions Odile Jacob, 1992.
- RANCIÈRE, J. *Les Mots de l'histoire: essai de poétique du savoir*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

Artigo recebido em outubro de 1996

LUIZ FELIPE BAÊTA NEVES FLORES é Professor Adjunto do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade de Paris V
Endereço: Rua Benjamim Constant, 55 ap. 1003
CEP 20.241-150 - Glória - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Revista da SBHC, n. 16, p. 65-70, 1996